

P. 5/2017

----- **CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE EMISSÁRIOS E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS FIAL/CAPARROSINHA E AMPLIAÇÃO DA ETAR DE CAPARROSINHA.** -----

----- No dia vinte e três do mês de janeiro de dois mil e dezassete, no edifício dos Paços do Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, Oficial Público da Câmara Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente Contrato com os seguintes outorgantes: -----

-----**PRIMEIRO**-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela, outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680, por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----**SEGUNDO**-----

----- Secundino do Nascimento, casado, natural e residente na freguesia de Rio de Mel, Concelho de Trancoso, com o cartão de cidadão número 04265682, válido até 01/03/2020, emitido pela República Portuguesa e o NIF 121 296 113, com poderes para outorgar em representação da Sociedade Anónima Floponor – Florestas e Obras Públicas do Norte, S.A., com o NIPC 503 694 479 e sede na freguesia de Rio de Mel, Concelho de Trancoso, conforme verifiquei pela Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita em dezanove de Julho de dois mil e oito, que arquivo sob o número um, titular do Alvará de empreiteiro de obras públicas número 63647 – PUB, que arquivo sob o número dois. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a

do segundo outorgante pela exibição do mencionado documento de identificação. ---

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que a Câmara Municipal de Tondela em sua reunião realizada em 02/12/2016, cuja cópia arquivo sob o número três, deliberou adjudicar à firma aqui representada pelo segundo outorgante e após procedimento por Concurso Público, publicado no número 158 da II Série do Diário da República de 18/08/2016, a empreitada de Execução de Emissários e Estações Elevatórias Fial/Caparrosinha e Ampliação da ETAR de Caparrosinha, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base datada de 12/09/2016, que arquivo sob o número quatro. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada em reunião da Câmara realizada em 27-12-2016 e alterada na reunião da Câmara de 17/01/2017 que arquivo sob os números cinco e seis. -----

----- O valor da presente adjudicação é de quatrocentos e cinco mil sessenta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- Que esta empreitada é por série de preços e os pagamentos se efetuarão no prazo máximo de sessenta dias após a receção pela Câmara das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, mediante Autos de Medição a realizar mensalmente de acordo com o Caderno de Encargos que arquivo sob o número sete. -----

----- No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com valores por este não aprovados. -----

----- Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, os quais serão obrigatoriamente abonados ao empreiteiro, independentemente de este os solicitar e incidirão sobre a totalidade da dívida. -----

----- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a um por mil do preço contratual. -----

----- No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no parágrafo anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade. -----

----- O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução deste Contrato. -----

----- Que a revisão de preços será calculada nos termos do Decreto-Lei número 6/2004, de 06 de janeiro, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, e em articulação com o Despacho número 1592/2004, publicado no Diário da República, 2ª Série, número 19 de 23 de janeiro de 2004, sendo as seguintes fórmulas a aplicar: -----

----- F18 – ESTRUTURAS DE BETÃO ARMADO. -----

----- F19 – ESTRUTURAS METÁLICAS. -----

----- F20 – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS. -----

----- F21 – REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ÁGUAS

RESIDUAIS. -----

----- Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

----- Que esta empreitada deverá estar concluída trezentos e sessenta e cinco dias após a assinatura do Auto de Consignação, ou da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do Plano de Segurança e Saúde, caso esta última data seja posterior, prevendo-se o seu início em 24/01/2017 e o seu termo em 25/01/2018. -----

----- No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução dos trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor que sejam imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de seis por cento, no montante de vinte e quatro mil

trezentos e quatro euros e dezassete cêntimos, é de quatrocentos e vinte e nove mil trezentos e setenta e três euros e setenta e um cêntimos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número oito: Certidão validada via internet e emitida em vinte e seis de Dezembro de dois mil e dezasseis pelo Serviço de Finanças de Trancoso, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número nove: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em dezasseis de janeiro de dois mil e dezassete, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Documento número dez: Garantia bancária N00402241, no montante de vinte mil duzentos e cinquenta e três euros e quarenta e oito cêntimos, correspondente ao valor de cinco por cento da importância do contrato, passada a favor do Município de Tondela pelo Novo Banco, S.A., em dezanove de dezembro de dois mil e dezasseis, como garantia pelo cumprimento do presente Contrato. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 07-01-04-03, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 22473/2016, datado de 28/12/2016. -----

----- O presente contrato produzirá efeitos materiais após a respetiva consignação, sendo que os efeitos financeiros ocorrerão após o visto do Tribunal de Contas. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto na alínea h) do artigo 96 do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, que esta empreitada terá execução no

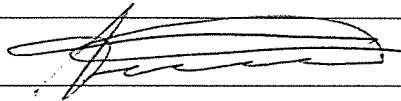
corrente ano e seguinte. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: \_\_\_\_\_

-----O Segundo Outorgante: \_\_\_\_\_

-----O Oficial Público: \_\_\_\_\_

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke, is written over the line for the 'O Oficial Público' field.